

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 2635

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

A PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em dívida ativa e que essas pessoas jurídicas se encontram na situação cadastral **Encerrada por Liquidação Voluntária**.

Isso significa que os(as) administradores(as) solicitaram a baixa do CNPJ, mas não efetuaram o pagamento dos débitos da empresa com a União, o que indica que não foram seguidas as fases legais para encerramento da pessoa jurídica.

Quando uma pessoa jurídica é baixada, a lei determina que seja realizada a sua **liquidação**, para verificar a situação patrimonial da empresa: quais são os seus débitos e quais são os seus créditos. Nesse momento, os débitos da empresa devem pagos com os seus eventuais créditos. Se os débitos forem maiores do que os créditos, deve ser solicitada a falência da empresa.

Como os débitos com a União, inscritos em dívida ativa, das pessoas jurídicas abaixo listadas não foram pagos, e não foi solicitada a falência, isso indica que elas foram **extintas irregularmente**.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em dívida ativa.

Ao final deste Edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em dívida ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado(a):

1. que não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
2. a observância da fase de liquidação; ou
3. que a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

Ao impugnar, devem ser anexados todos os documentos que comprovem a defesa.

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em dívida ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra a decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Regularize: **regularize.pgfn.gov.br**.

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital.**

No Regularize, acessar a opção **"Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Orientações de serviços aos contribuintes" > "Carta de Serviços" > "Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade"**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, art. 10; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4º, § 2º; Lei n. 11.598, de 3 de dezembro de 2007, art. 7º-A; Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 9º; Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, arts. 1.102 a 1.112; Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, arts. 208 a 219; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar este Edital e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
JOSE ARISTEU RIBEIRO	***.278.***_**	L & A COMERCIO LTDA	43.474.537/0001-04	912939964
KLEIDELIS CASAGRANDE DAGOSTIM	***.360.***_**	ESQUADRIAS DAGOSTIM LTDA	03.911.348/0001-29	934540059
MARCOS FELIPE CORREA XAVIER	***.178.***_**	FARRAPOS BAR E LANCHONETE LTDA	39.383.805/0001-05	934555001
GUSTAVO DE POLI CAPOVILLA	***.073.***_**	G DE POLI CAPOVILLA LTDA	28.985.078/0001-21	934569038
CRISTIANE REGINA GRUBER	***.395.***_**	GRUBER ATENDIMENTO EM SAUDE LTDA.	41.717.714/0001-00	934621501
ADELI MARIA BARBOSA DA SILVA	***.950.***_**	A R SILVA PANIFICADORA LTDA	22.656.914/0001-48	913295983
FABIANO SANTOS ARAUJO	***.780.***_**	L F TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	51.339.705/0001-79	913414291
ERASMO PEREIRA DA CRUZ	***.894.***_**	COMERCIAL SALVINOPOLIS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	16.878.275/0001-62	914200001
DERIK KENNEDY FERREIRA	***.490.***_**	BRAS MALHAS E TECIDOS LTDA	45.220.863/0001-02	913561002

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
TIAGO NABIR BELCHIOR DA SILVA	***.978.***-**	BARBEARIA TN BELCHIOR 88 LTDA	26.888.755/0001-68	913765315
EDER MENEZES DE SENA	***.293.***-**	SENA E LOPES COMERCIO E FABRICACAO DE BEBIDAS LTDA	25.270.077/0001-02	914079450
BENEDITO PEREIRA	***.913.***-**	PANIFICADORA GUATAMBU LTDA	48.593.149/0001-58	913948087
ORLANDO DE SOUSA JUNIOR	***.795.***-**	INTER SISTEMAS S/C LTDA	01.958.175/0001-79	914114716
ELIZETE SCHREINER LEICHTWEIS	***.051.***-**	E S LEICHTWEIS CONFECcoes LTDA	45.594.237/0001-86	912517411
MARLENE DE FATIMA SILVA DOS SANTOS	***.791.***-**	MARLENE DE FATIMA SILVA DOS SANTOS LTDA	29.845.517/0001-63	912886149
PERCY RUBENS GLASER JUNIOR	***.219.***-**	GC SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA	25.244.071/0001-60	913951817
MARIA BARBOSA DOS SANTOS	***.173.***-**	M BARBOSA DOS SANTOS E CIA LTDA	08.870.330/0001-40	914004542
SAMARA FABIANA DE OLIVEIRA	***.516.***-**	CREDISP FINANCEIRA LTDA	38.063.487/0001-24	913288585
JOELMA CRISTINA TAVARES	***.684.***-**	JOELMA CRISTINA TAVARES LTDA	26.773.125/0001-48	913301715
ROBSON SILVA DOS SANTOS	***.488.***-**	MULTIPLUS DISTRIBUIDORA DE IMPERMEABILIZANTE E FERRAGENS LTDA	21.052.474/0001-57	913037498
NAICLEITON RODRIGUES VALADAO	***.249.***-**	NR VALADAO REPRESENTACAO LTDA	52.346.973/0001-80	914160170
ELIEL BORGES DA SILVA	***.520.***-**	MULTI PADARIA LTDA	48.398.830/0001-45	934400922
EVERTON CESAR CARVALHO CARDOSO	***.922.***-**	E7 INCORPORADORA LTDA	33.471.410/0001-70	934457155
ALISSON DORNELLES FIGUEREDO DA SILVA	***.354.***-**	TOP PINTURAS LTDA	48.941.662/0001-92	934582333
JUCELINO PIRES	***.462.***-**	MAQTEKINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	47.490.666/0001-39	934582884
MAURINO CUSTODIO	***.330.***-**	WINI MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	07.476.130/0001-44	934625733
BRUNA GALVAO BENITES	***.953.***-**	ASSEMETRA - ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	18.433.498/0001-41	934647022
ELOISA HELENA DA SILVA LEAL	***.303.***-**	ELOALE PAPEIS DESCARTAVEIS E SOLUCOES DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	34.963.259/0001-50	891655706
PEDRO ALEXANDRE MARINHO DE SOUZA	***.191.***-**	FMPM SOLUCOES EM TECNOLOGIAS LTDA	41.347.561/0001-49	913833647
MARCELO DA SILVA HOMRICH	***.329.***-**	ESSENCIA - COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	04.073.994/0001-27	913925456
LARISSA CAMPOS VALADARES	***.329.***-**	CLINICA REDE ODONTO VENDA NOVA LTDA	44.212.633/0001-39	913239112

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
SARA PRISCILLA DE CASTRO ROCHA	***.670.***-**	LUBAVI GESTAO E SAUDE LTDA	52.410.945/0001-85	934431579
VALERIA VIEIRA DOURADO	***.634.***-**	V V DOURADO COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA	37.466.881/0001-40	934453436
FABRICIO REIS FURTADO	***.312.***-**	F J PET SHOP LTDA	38.800.718/0001-35	934548629
RENATA MARIANA DE PAIVA PRIESTER	***.120.***-**	LE COZ SERVICOS ESTETICOS LTDA	29.739.442/0001-36	934554687
ALINE LUCRECIO COLARES	***.159.***-**	TC COMERCIO DE TELEFONIA LTDA	09.614.366/0001-25	934629749